



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR**

CONTRATO Nº 52/2020-MPM

CONTRATANTE: UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR.

CONTRATADA: ALFA & OMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS OFICIAIS, VISANDO ATENDER A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR – PGJM E PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR NO DISTRITO FEDERAL – PJMDF.

CONTRATANTE: União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**, situado no Setor de Embaixadas Norte, Lote nº 43, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 26.989.715/0004-55, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **ALEXANDER JORGE PIRES**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº M348205, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 903.715.346-15, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe conferem as Portarias PGJM nº 290, de 5 de dezembro de 2013 e nº 90, de 20 de abril de 2020.

CONTRATADA: ALFA & OMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E EVENTOS LTDA., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 16.650.774/0001-06, estabelecida no Setor de Autarquias Sul, Quadra 04, Bloco A, Sala 741, Edifício Victória Office Tower, Brasília/DF, Tel: (61) 3322-4463 e (61) 99858-7098, CEP: 70070-938, e-mail comercial@alfaomegaservicos.com.br, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por sua Sócia Diretora, **RAFAELLA SILVEIRA VERAS CASTELLO BRANCO**, brasileira, casada, portadora da C.I nº 3062710, emitida pela SSP/DF, inscrita no CPF sob o 008.867.234-42, residente e domiciliada em Brasília/DF.

ATO DE AUTORIZAÇÃO: Processo nº 19.03.0000.0001796/2020-02

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta.

MODALIDADE: empreitada por preço global.

SUJEIÇÃO DOS CONTRATANTES: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 8.538/2015, IN nº 5/2017 – SEGES/MP, e edital do Pregão Eletrônico nº 42/2020-MPM, de 26/20/2020, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de lavagem de veículos oficiais, visando atender a Procuradoria-Geral de Justiça Militar – PGJM e Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal – PJMDF, situadas no Setor de Embaixadas Norte, Lote nº 43 – Brasília/DF, CEP 70800-400, conforme especificações e condições deste Instrumento e seus anexos.

Para dar cumprimento aos serviços especificados neste Instrumento, a CONTRATADA deverá colocar 02 (dois) lavadores de auto à disposição do CONTRATANTE, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h12min às 18h, conforme quadro abaixo, com intervalo diário de 01 (uma) hora para almoço, sendo a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS OFICIAIS		
Quantitativo – Função	Escala de Trabalho	Dias da Semana
2 Lavadores de auto Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 5199-35	8:12 às 18:00	Segunda a sexta-feira

Observação 1: não haverá necessidade de a CONTRATADA prover cobertura no horário de almoço/repouso dos postos.

Observação 2: os horários especificados nesta cláusula poderão ser alterados, por conveniência Administrativa, desde que não haja acréscimo na carga horária, independentemente de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2020-MPM, de 26/20/2020 e seus anexos, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA em 26/20/2020 constante do Processo nº 19.03.0000.0001796/2020-02 que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem executados são os seguintes:

1. Lavagem geral, compreendendo limpeza interna (com uso de aspirador e compressor) e externa, e lavagem geral com polimento, e outros serviços necessários à limpeza e conservação dos veículos oficiais utilizados.
2. Os serviços discriminados deverão ser executados num total de 29 (vinte e nove) veículos do CONTRATANTE, devendo ser lavados por dia uma média de 18 (dezoito) veículos, conforme necessidade estabelecida pelo Chefe da Seção de Transportes/MPM.
3. A CONTRATADA fornecerá todos os materiais, utensílios e equipamentos necessários à boa execução dos serviços, conforme Anexo 2, todos de boa qualidade e em quantidades suficientes à perfeita execução dos serviços;
4. O CONTRATANTE fornecerá a água e a energia elétrica necessárias à execução dos serviços;

•

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	LAVAGEM EXTERNA E INTERNA

2	LAVAGEM GERAL
3	POLIMENTO
4	ENCERAMENTO SIMPLES
5	LAVAGEM DE BANCO
6	LAVAGEM DE CARPETE
7	LAVAGEM DE FORRO (teto e porta)
8	ASPIRAÇÃO INTERNA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os veículos do CONTRATANTE são os relacionados no Anexo 1, sendo que a relação poderá ser aumentada ou diminuída, de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sem que isso gere, necessariamente, alteração nos custos de execução do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA designará um preposto habilitado a responder pela execução dos trabalhos objeto do contrato perante a unidade do CONTRATANTE incumbida do acompanhamento e da fiscalização do contrato;

PARÁGRAFO TERCEIRO- O preposto designado pela CONTRATADA deverá comparecer obrigatoriamente às dependências do CONTRATANTE para acompanhar a execução dos serviços duas vezes por semana, em horários alternados;

PARÁGRAFO QUARTO - Além de outras atinentes à natureza do ajuste, caberá ao preposto indicado pela CONTRATADA executar as seguintes atribuições:

1. providenciar substituto para suprir faltas de empregados sob sua supervisão, comunicando de imediato a ocorrência à unidade do CONTRATANTE incumbida do acompanhamento e da fiscalização da execução dos serviços;
2. manter informada a unidade do CONTRATANTE incumbida do acompanhamento e da fiscalização do Contrato sobre quaisquer alterações nas rotinas dos serviços;
3. fiscalizar e orientar os profissionais, de forma que os serviços sejam realizados sem imperfeições;
4. adotar, quando necessário, providências a fim de manter os empregados da CONTRATADA sempre uniformizados e limpos;
5. controlar a movimentação e a frequência do pessoal alocado para execução dos serviços;
6. registrar, diariamente, ocorrências inerentes ao contrato em fichas e livros apropriados;
7. zelar para que os empregados da CONTRATADA portem cartões de identificação e, quando necessário, equipamentos de proteção individual e segurança do trabalho;
8. coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, zelando pelos bens patrimoniais existentes nas dependências do CONTRATANTE;
9. executar outras atividades correlatas à função e demais obrigações previstas neste Instrumento e seus anexos.
10. receber e controlar o estoque de materiais, utensílios, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços;

11. levantar a necessidade e distribuir, aos profissionais alocados para execução dos serviços, materiais, utensílios, máquinas e equipamentos necessários à sua realização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços ora contratados, o valor mensal de R\$ 6.900,72 (seis mil, novecentos reais e setenta e dois centavos), e global anual de R\$ 82.808,64 (oitenta e dois mil, oitocentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), durante a vigência deste Contrato.

VALORES GLOBAIS (incluindo os custos com Assistência Odontológica)			
ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	VALOR MENSAL UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de lavagem de veículos oficiais, visando atender a Procuradoria-Geral de Justiça Militar – PGJM e Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal – PJMDF	3.439,73	6.879,46	82.553,52
QUANTIDADE ESTIMADA DE PROFISSIONAIS: 2			
BENEFÍCIOS – RESSARCIMENTO	VALOR MENSAL UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL(R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	10,63	21,26	255,12
VALOR GLOBAL ESTIMADO MENSAL /ANUAL (SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2)	3.450,36	6.900,72	82.808,64

CLÁUSULA QUARTA – DO FATURAMENTO

Prestado o serviço, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal dos serviços devidamente discriminada, em nome do Ministério Público Militar, CNPJ nº 26.989.715/0004-55, acompanhada de cópias autenticadas, ou cópias e originais para conferência dos documentos abaixo relacionados (itens 7.1.1 a 7.1.15), com o período/mês de referência e os destaques, conforme o caso, de: Impostos Federais (Imposto de Renda, CSLL, PIS e COFINS, consoante IN SRF 1.234, de 11/01/2012, atualizada); ISSQN (consoante legislação de cada município); INSS a recolher; valor do vale-transporte e vale-alimentação; valor do material utilizado, conforme Contrato (artigo 58 e 121 da IN RFB 971 de 13/11/2009) e a empresa optante pelo Simples Nacional tem que enviar a Declaração do SIMPLES (anexo IV da IN SRF 1.234, de 11/01/2012, atualizada) e destacar o percentual do ISSQN na NF:

1. relação demonstrativa de empregados que prestaram os serviços no mês de competência da nota fiscal, mencionando os postos, as categorias profissionais de cada funcionário e/ou substituto, as eventuais faltas, demissões ou outros tipos de afastamento, bem assim os dias ou períodos das respectivas substituições;
2. folha de Registro de Ponto dos empregados;
3. folha de Pagamento Analítica, referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados que atuaram na prestação dos serviços, inclusive os que atuaram, transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante;
4. comprovante de quitação da Folha de Pagamento, referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data da operação e valor creditado;
- 4.1. outras formas de comprovação de quitação da Folha de Pagamento serão analisadas pela Fiscalização, a fim de se assegurar a fidedignidade das informações apresentadas, podendo ser determinada a entrega do comprovante descrito no subitem anterior;
5. Demonstrativos de Pagamentos de Salários – Contra-Cheques (anexo VIII-B, item 2, alínea c da IN 5/ 2017);
6. comprovação dos Recolhimentos do FGTS e das Contribuições ao INSS, bem como informações à Previdência (GFIP), referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços, por meio dos seguintes documentos:
 - 6.1. cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP), cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo “Nº Arquivo” dos relatórios gerados no fechamento do movimento;
 - 6.2. cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
 - 6.3. cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP (RE)/Modalidade Branco-Recolhimento ao FGTS e Declaração a Previdência;
 - 6.4. cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET);
 - 6.5. a vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP;
 - 6.6. cópia da relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP/Resumo do fechamento – Tomador de Serviços/Obra; modalidade: “BRANCO”;
 - 6.7. cópia da relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP/Resumo do fechamento-empresa;
 - 6.8. cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP/Resumo do fechamento-empresa-FGTS;
 - 6.9. cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS – Empresa;
 - 6.10. cópia da Guia da Previdência Social (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet;
 - 6.11. cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP – Tomador de Serviços/Obra;
 - 6.12. Resumo das informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP – Empresa;

7. o MPM, a qualquer tempo, poderá solicitar à pessoa jurídica a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados;
8. comprovante de pagamentos do auxílio-alimentação e do vale-transporte, bem como comprovante de adesão/pagamento das despesas efetivas relativas ao benefício Assistência Odontológica, de todos os empregados que atuaram na prestação dos serviços, mesmo que, transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante, referente ao mês que prestou o serviço objeto de cobrança;
- 8.1. a prova de pagamento do auxílio-alimentação e do vale-transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas. A relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos;
9. demonstrativo de enquadramento de CNAE Preponderante, RAT – Riscos Ambientais de Trabalho;
- 9.1. Entretanto, caso haja previsão do FAP – Fator Acidentário de Prevenção na proposta da empresa licitante, o respectivo índice deverá ser comprovado por meio de documento hábil, conforme item 18 do Parecer CORAG/SEORI/AUDIN-MPU nº 111/2014;
10. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
11. por ocasião das férias de empregado, deverá ser encaminhado o respectivo aviso e o comprovante de quitação ao trabalhador, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal;
12. quando ocorrer admissão ou demissão de pessoal, será necessário o encaminhamento dos exames médicos admissionais e demissionais dos empregados, das cópias das carteiras de trabalho com os registros feitos pela pessoa jurídica, dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho, das notificações de aviso prévio, e da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal;
13. nos casos de remanejamento de empregados para a prestação de serviços em outros órgãos ou para a Administração da pessoa jurídica, deverá ser encaminhada a folha de pagamento e a RE do Arquivo SEFIP relativas ao novo tomador ou à administração da CONTRATADA, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal;
14. os Termos de Rescisão entregues ao CONTRATANTE deverão estar acompanhados do comprovante de pagamento das verbas rescisórias, caso o empregado não tenha recebido as verbas por ocasião da lavratura do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, e conter a assinatura do empregado e do empregador;
15. quando exigível, os Termos de Rescisão deverão estar homologados pelo sindicato que assiste a categoria profissional do trabalhador;
- PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetuar os pagamentos, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, dos salários dos empregados utilizados na prestação dos serviços, e, fornecer auxílio-alimentação e vale-transporte, conforme previsto neste Instrumento;
- PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados;
- PARÁGRAFO TERCEIRO - A retenção de tributos na fonte será realizada em conformidade com a legislação vigente, por ocasião do pagamento da nota fiscal apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, em moeda corrente nacional, até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Fiscalização, por meio de depósito bancário em conta-corrente, via ordem bancária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto do Fiscal do Contrato, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

PARÁGRAFO QUARTO – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

PARÁGRAFO QUINTO – De acordo com o § 3º do artigo 195 da Constituição Federal, a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR/MPM, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão obtidos mediante aplicação da taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, com utilização da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001643, assim apurado:

$I = \frac{TX}{100}$	$I = \frac{6}{100}$	$I = 0,0001643$
365	365	

PARÁGRAFO SÉTIMO – Observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986, aplica-se a mesma regra disposta no item anterior na hipótese de pagamento antes do prazo limite estabelecido no caput desta cláusula, qual seja, até 10 (dez) dias úteis do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO OITAVO – O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS poderá acarretar:

1. o desconto nas faturas, pelo CONTRATANTE, e a realização dos pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, conforme autorização constante no Anexo 5 deste Instrumento;

2. o depósito em juízo dos valores em débito, quando houver inviabilidade do pagamento direto pelo CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO NONO – A fatura mensal poderá sofrer glosas, tendo como base de cálculo o valor que o CONTRATANTE remunera cada categoria profissional, no caso de a CONTRATADA deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los em quantidade inferior à contratada;

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os custos com o benefício Assistência Odontológica, conforme previsto na Cláusula 17ª da CCT, serão ressarcidos, mediante a apresentação dos comprovantes das despesas efetivas com os benefícios dos empregados vinculados ao contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Os valores referentes à Assistência Odontológica serão limitados aos constantes da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O pagamento da última fatura do Contrato somente ocorrerá após a entrega das rescisões do Contrato de trabalho devidamente homologadas pelo Sindicato da Categoria ou a comprovação de remanejamento dos empregados para outro tomador de serviços, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser repactuado, visando à sua adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano a contar, no caso da primeira repactuação, da proposta e/ou da data-base do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, devendo, em qualquer dos casos (primeira repactuação ou subsequentes) ser feita a demonstração analítica da variação dos componentes de custos do contrato, devidamente justificada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – no caso das repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano deve ser contado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo durante o qual a CONTRATADA terá direito a solicitar a repactuação corresponde ao período contado desde a data da proposta e/ou da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional, até a data da prorrogação contratual subsequente ou do encerramento do contrato, conforme o caso. Se a CONTRATADA não efetuar a solicitação de repactuação de forma tempestiva, ou seja, até a data da prorrogação contratual subsequente, se for o caso, ou do encerramento do contrato e, por via de consequência, prorrogar ou encerrar o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão de seu direito a repactuar, conforme disposições contidas nos Acórdãos nº 1.827/2008-Plenário/TCU e 2.094/2010 – Segunda Câmara /TCU.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

PARÁGRAFO QUARTO – Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados, a cada 12 meses a contar da data da apresentação da proposta, com base no IPCA acumulado, calculado e divulgado pelo IBGE, ou, na falta deste, por índice equivalente.

PARÁGRAFO QUINTO – Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação (Incluído pela Instrução Normativa nº 5/2017).

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos em que a planilha inicial da contratação contiver percentuais de Aviso Prévio Trabalhado e Aviso Prévio Indenizado, após 12 meses de execução, tais percentuais deverão limitar-se a 10% do valor considerado na planilha inicial do contrato firmado, conforme o Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário do TCU.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém, com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no respectivo instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

PARÁGRAFO QUARTO – A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

O Contrato terá vigência inicial e execução de 24 (vinte e quatro) meses, de 14/12/2020 a 13/12/2022, podendo ser prorrogado, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, tendo o contrato eficácia a partir da publicação de seu extrato na imprensa oficial, conforme o parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO –A prorrogação poderá ser efetivada por período inferior a 24 (vinte e quatro) meses, no interesse da Administração, mediante justificativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO –A cada 12 meses, inclusive por ocasião da renovação contratual, será verificado se as condições oferecidas pela CONTRATADA continuam vantajosas para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do Contrato correrão à conta da natureza de despesa 33.90.37 – Locação de mão de obra, do Programa/Atividade (PTRES) 172138 na dotação consignada no orçamento do Ministério Público Militar para o exercício de 2020 e, nos próximos exercícios, à conta da dotação consignada para atender despesas da mesma natureza.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a cobertura das despesas relativas ao exercício de 2020, foi emitida a Nota de Empenho nº 2020NE001477, em 26 de novembro de 2020, à conta da dotação especificada nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

1. prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento do objeto contratado;
2. relacionar-se com a CONTRATADA, preferencialmente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;
3. assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que devam executar suas atividades, quando devidamente identificados;
4. promover, por intermédio de seu representante especialmente designado, na forma prevista na Lei 8.666/1993, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas, e, ainda, atestar a execução dos serviços prestados;
5. exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação da CONTRATADA que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante à qualificação econômico-financeira; (caderno do DAL);
6. recusar qualquer profissional apresentado pela CONTRATADA que não preencher as condições exigidas e necessárias para o bom desempenho dos serviços;
7. instruir a CONTRATADA sobre as normas de segurança e de prevenção de incêndio implantadas no CONTRATANTE;
8. cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do Contrato, podendo aplicar as penalidades previstas no Contrato e na legislação vigente;
9. efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades contratuais e legais;
10. disponibilizar instalações sanitárias e local apropriado para a guarda dos materiais, utensílios, máquinas, ferramentas e equipamentos a serem utilizados em decorrência dos serviços;
11. permitir a retirada, mediante termo específico, de equipamento de propriedade da CONTRATADA cuja manutenção não possa ser realizada nas dependências do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações constantes no Anexo 1 – Cadernos de Especificações Técnicas, obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste Instrumento, e em especial:

1. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
2. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando profissionais devidamente qualificados e com experiência de atuação em atividades vinculadas à execução dos serviços objeto deste Instrumento, devendo os mesmos terem funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
3. executar fielmente o objeto contratado, realizando os serviços discriminados neste Instrumento dentro da melhor técnica e perfeição, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados, já devendo estar inclusos nos preços propostos todos os custos pertinentes à sua formação, bem

como o fornecimento da mão de obra, dos saneantes domissanitários, materiais, utensílios, máquinas, ferramentas e equipamentos, todos de boa qualidade e em quantidades suficientes e necessárias à perfeita execução dos serviços;

4. garantir o quantitativo de pessoal estabelecido, providenciando a substituição de empregados ausentes no prazo máximo de 1 (uma) hora, contadas do início do expediente;

4.1. as faltas do pessoal ao serviço, não supridas, serão descontadas das parcelas mensais, conforme estabelecido na Cláusula Quarta deste Instrumento, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Contrato;

5. encaminhar à Fiscalização, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que usufruirão de férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los;

6. dar conhecimento, à Fiscalização, das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas;

7. manter ficha cadastral de seu pessoal devidamente atualizada, juntamente à Fiscalização do CONTRATANTE, e manter seu pessoal devidamente identificado através do uso de crachás, com fotografia recente, sem ônus para o CONTRATANTE;

8. credenciar, juntamente ao CONTRATANTE, “preposto” com autonomia para tomar decisões em nome da CONTRATADA para todos os assuntos relacionados à execução do contrato;

8.1. sem prejuízo das atribuições previstas no Parágrafo Segundo, Cláusula Segunda deste Instrumento, cabe ao Preposto:

8.1.1. vistoriar, coordenar e acompanhar os serviços executados por todos os profissionais da CONTRATADA, controlando inclusive a frequência e respectiva assinatura diária de ponto;

8.1.2. proceder à entrega de contracheques, vale-transporte, vale-alimentação e outros de responsabilidade da CONTRATADA, em dias e local definidos, em horários que não comprometam a execução dos serviços;

8.1.3. garantir a qualidade e o quantitativo do material utilizado, bem como controlar o estoque mensal de material, utensílios, máquinas e equipamentos necessários para a execução dos serviços e demais atribuições descritas neste Instrumento;

9. fornecer a cada empregado uniforme completo, novo e de primeiro uso, em conformidade com o previsto no Anexo 3 deste Instrumento, incluindo os equipamentos de proteção individual – EPI necessários ao bom desempenho das atividades;

10. encaminhar/entregar, à Fiscalização do CONTRATANTE, cópia dos documentos relacionados a seguir, nos primeiros 15 (quinze) dias de execução do contrato e da alocação à prestação dos serviços de cada novo empregado, obedecidas a legislação vigente e o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

10.1. ficha do empregado, devidamente digitada, contendo dados de identificação pessoal (nome do empregado, número do documento de identidade, CPF, foto, função, tipo sanguíneo/fator Rh), endereço residencial e telefone para contato;

10.2. cópia da Ficha de Registro do Empregado;

10.3. cópia do Registro em Carteira Profissional;

10.4. cópia do Comprovante de inscrição do trabalhador no PIS;

10.5. cópia dos Exames Admissionais;

10.5.1. a CONTRATADA, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência dos contratos de trabalho de seus empregados, realizará, a suas expensas, os exames médicos e complementares exigidos, apresentando-os sempre que lhe for solicitado pela fiscalização;

10.6. comprovante de Entrega dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

10.7. comprovante de entrega dos uniformes;

11. pagar no prazo legal os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
12. em relação aos benefícios previstos na CCT:
 - 12.1. fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, vale-alimentação, em quantidades e valores suficientes para uso de cada empregado, durante todo o mês, conforme disposto na Cláusula 14ª da CCT;
 - 12.2. fornecer a cada empregado, até o último dia útil do mês que antecede a utilização, e em única entrega, auxílio-transporte em quantidades e valores suficientes para o trajeto residência/trabalho e trabalho/residência, durante todo o mês, conforme disposto na Cláusula 15ª da CCT, e/ou disponibilizar transporte próprio, obedecendo-se aos horários de prestação de serviço de cada profissional;
 - 12.2.1. efetuar, por meios próprios, o transporte dos profissionais de forma a cumprir fielmente os horários estabelecidos para a realização dos trabalhos, em caso de paralisação total ou parcial dos transportes coletivos que impossibilite de alguma forma o deslocamento ao trabalho e respectivo retorno às residências dos mesmos;
 - 12.4. comprovar, nos primeiros 30 dias de execução contratual, a inclusão dos empregados alocados na prestação dos serviços no benefício Assistência Odontológica, conforme previsto na Cláusula 17ª da CCT;
13. comprovar a quitação das obrigações previstas em convenção coletiva de trabalho, mediante apresentação de cópia dos recibos de fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e outros benefícios, quando cabível, nos quais deverão constar: mês de competência, nome e matrícula do empregado, data da entrega, quantidade, valor e assinatura do empregado, até 2 (dois) dias úteis após o fornecimento;
14. comprovar, mensalmente, referentes aos empregados alocados na prestação dos serviços, como condição à percepção mensal do valor faturado, a quitação das obrigações trabalhistas e o recolhimento das contribuições sociais, conforme estipulado na Cláusula Quarta deste Instrumento;
 - 14.1. no momento da assinatura do contrato, autorizar o CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;
15. comprovar, mensalmente e quando solicitado pela fiscalização da Administração, a quitação das obrigações tributárias, como condição à percepção mensal do valor faturado;
16. comprovar, anualmente, à época prevista na legislação vigente, a entrega e apresentar cópia da declaração da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
17. comprovar a entrega e apresentar cópia do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, no mês subsequente àquele em que tenha havido qualquer tipo de movimentação em seu quadro de empregados;
18. não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
19. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Instrumento, sem prévia anuência do CONTRATANTE;
20. não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa anuência do Ministério Público Militar, sob pena de rescisão contratual;
21. responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, ao CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês;
22. manter disciplina nos locais dos serviços, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo CONTRATANTE;

23. implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem as dependências do CONTRATANTE;
24. cumprir a legislação e as normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus profissionais trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI), ficando a cargo da CONTRATADA e a suas expensas o fornecimento de quaisquer equipamentos necessários e não especificados neste Instrumento, podendo o CONTRATANTE paralisar os serviços enquanto os empregados não estiverem devidamente protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA;
25. responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
26. assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto;
27. cumprir, além dos postulados legais vigentes nos âmbitos federal, estadual/distrital ou municipal, as normas de segurança da Administração e instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
28. responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
29. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação pertinente
30. executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da Administração;
31. manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o Ministério Público Militar, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
32. não utilizar na prestação dos serviços empregados que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Militar, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal, conforme determinação contida no art. 4º da Resolução nº 37/2009/CNMP, atualizada;
33. registrar e controlar, em conjunto com a Fiscalização, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
34. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações;
35. manter em estoque todo o material necessário à boa execução dos serviços;
36. identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;
37. manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos até o próximo dia útil seguinte, contado da notificação da Fiscalização. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
38. observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços de lavagem de veículos;
39. adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
 - 39.1. racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
 - 39.2. substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - 39.3. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

39.4. reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados na prestação dos serviços de lavagem de veículos;

40. informar ao CONTRATANTE a ocorrência de cisão, incorporação ou fusão da empresa contratada, visto que, a aceitação de qualquer uma dessas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por parte do CONTRATANTE, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado;

40.1. para averiguação do disposto acima, as empresas resultantes de quaisquer das operações comerciais ali descritas ficam obrigadas a apresentarem, em até 5 (cinco) dias úteis da ocorrência, a documentação comprobatória de sua situação;

41. manter sigilo sobre dados e informações do CONTRATANTE, que tenha obtido por meio da realização de suas atividades.

42. SÃO EXPRESSAMENTE VEDADAS À CONTRATADA:

42.1. contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência do contrato;

42.2. a veiculação de publicidade sobre o contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

42.3. a subcontratação de outra empresa para execução do objeto do contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados podendo, para isso:

1. ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

2. examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

3. manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Cabe à FISCALIZAÇÃO instruir procedimento de apuração de irregularidades e aplicação das sanções cabíveis conforme estabelecido no Módulo 3 do Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do MPM;

1. ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes do objeto contratual executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

2. promover, mensalmente, antecedendo a atestação dos serviços prestados, rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O MPM designará um fiscal ou comissão composta de servidores, denominada FISCALIZAÇÃO, para acompanhamento e fiscalização da sua execução, que registrará, em relatório, todas as ocorrências relacionadas com a execução do instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO do instrumento serão solicitadas à autoridade competente do MPM, para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO - Os esclarecimentos solicitados pela FISCALIZAÇÃO deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO QUINTO - É direito da FISCALIZAÇÃO rejeitar quaisquer serviços ou fornecimento, quando entender que a sua execução está irregular e/ou que os materiais entregues/empregados não são os especificados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO E DOS RECURSOS

Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto 10.024/2019, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito da ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado mensal, a Contratada que:

1. não assinar o contrato, tendo sido convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.2. não entregar a documentação exigida no edital;
- 1.3. apresentar documentação falsa;
- 1.4. causar o atraso na execução do objeto;
- 1.5. não mantiver a proposta;
- 1.6. falhar na execução do contrato;
- 1.7. fraudar a execução do contrato;
- 1.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 1.9. declarar informações falsas; e
- 1.10. cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

1. Advertência;
2. Multas, conforme estabelecido nos Parágrafos Segundo e Terceiro desta Cláusula;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MPM, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior;

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de atraso para início da execução do objeto, as multas aplicadas serão de:

1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor anual adjudicado, em caso de atraso no início da execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
2. 20% (vinte por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de atraso no início da execução do objeto, por período superior ao previsto no item acima;
3. 30% (trinta por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Além das multas elencadas nos itens acima, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e do Decreto n.º 10.024/2019, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nos quadros 1 e 2 a seguir, limitadas a 15% do valor mensal do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

QUADRO 1

Grau	Correspondência
1	0,2 % do valor mensal do Contrato
2	0,4 % do valor mensal do Contrato
3	0,8 % do valor mensal do Contrato
4	1,0 % do valor mensal do Contrato
5	1,5 % do valor mensal do Contrato
6	3,0 % do valor mensal do Contrato

QUADRO 2

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência e por dia
2	Suspender ou interromper, total ou parcialmente, os serviços contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito	6	Por ocorrência e por dia
3	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados	4	Por ocorrência
4	Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer máquinas e/ou equipamentos previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável	4	Por item e por ocorrência
5	Manter em estoque materiais fora das especificações previstas no Anexo 2 deste Instrumento sem a autorização formal do CONTRATANTE	4	Por item e por dia
6	Diluir produto concentrado na proporção diferenciada daquela	3	Por item e por

	indicada pelo fabricante		ocorrência
7	Diluir os produtos (de limpeza e conservação) que já vem prontos para a utilização	3	Por item e por ocorrência
8	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	2	Por empregado e por ocorrência
9	Recusar-se a executar serviços previstos em contrato, quando determinados pela Fiscalização	2	Por serviço e por ocorrência
10	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE	5	Por empregado e por ocorrência

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

NFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
11	Colocar à disposição do CONTRATANTE os equipamentos, relacionados no Anexo 2 – Quadro III deste Instrumento, em perfeitas condições de uso.	4	Por item e por dia
12	Prestar manutenção nos equipamentos, relacionados no Anexo 2 – Quadro III, e de zelar pelas instalações utilizadas do MPM	3	Por item e por ocorrência
13	Manter em estoque o material de consumo discriminado no Anexo 2 – Quadro I para consumo diário	2	Por item e por dia
14	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários	1	Por empregado e por dia
15	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE	2	Por ocorrência
16	Substituir, imediatamente, empregado que estiver sem uniforme	2	Por

	ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área for julgada inconveniente, a exclusivo critério do CONTRATANTE;		empregado e por ocorrência
17	Pagar os salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, incluindo adicional de insalubridade ou periculosidade, se for o caso, a todos os empregados que laboram na sede do CONTRATANTE;	5	Por empregado e por dia
18	Fornecer a totalidade de auxílio-transporte, dentro do prazo contratado	5	Por empregado e por dia
19	Efetuar, por meios próprios, o transporte dos profissionais de forma a cumprir fielmente os horários estabelecidos para a realização dos trabalhos, em caso de paralisação total ou parcial dos transportes coletivos que impossibilite de alguma forma o deslocamento ao trabalho e respectivo retorno às residências dos mesmos;	5	Por empregado e por dia
20	Fornecer a totalidade de auxílio-alimentação, dentro do prazo contratado	5	Por empregado e por dia
21	Efetuar a reposição de empregados faltosos	3	Por empregado e por dia
22	Substituir, dentro do prazo máximo de 1 (uma) hora, contada do início do expediente, os empregados ausentes na prestação dos serviços;	3	Por empregado e por ocorrência
23	Substituir os equipamentos relacionados no Anexo 2 – Quadro III que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados	3	Por equipamento e por dia
24	Substituir os utensílios e os equipamentos relacionados no Anexo 2 – Quadros II e III que apresentarem defeitos até o próximo dia útil seguinte, contado da notificação do Fiscal do Contrato	3	Por item e por dia
25	Fornecer Equipamentos de Proteção Individual – EPI aos seus empregados e impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los	4	Por empregado e por ocorrência
26	Fornecer ao empregado uniforme completo, novo e de primeiro	2	Por ocorrência

	uso, em conformidade com o previsto para cada categoria		e por dia
27	Apresentar a documentação trabalhista e previdenciária prevista no contrato;	4	Por ocorrência
28	Apresentar à área de fiscalização, duas vezes na semana, o preposto aceito pelo CONTRATANTE	3	Por ocorrência
29	Cumprir os itens do contrato e seus anexos não previstos neste quadro de infrações	2	Por item e por ocorrência
30	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos neste quadro de infrações, após reincidência formalmente notificada pela Fiscalização	3	Por item e por ocorrência
31	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1	Por ocorrência
32	Encaminhar à Fiscalização, com antecedência de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que usufruirão de férias no período subsequente, assim como daqueles que irão substituí-los	3	Por ocorrência
33	Dar conhecimento à Fiscalização das alterações de empregados a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas	3	Por ocorrência
34	Apresentar cópia do recibo de fornecimento de auxílio-alimentação, no qual deverá constar: mês de competência, nome e matrícula do empregado, data da entrega, quantidade, valor e assinatura do empregado, até 2 (dois) dias úteis após o fornecimento;	4	Por empregado e por dia
35	Apresentar cópia do recibo de fornecimento de vale-transporte, no qual deverá constar: mês de competência, nome e matrícula do empregado, data da entrega, quantidade, valor e assinatura do empregado, até 2 (dois) dias úteis após o fornecimento;	4	Por empregado e por dia
36	Entregar ao servidor designado pelo CONTRATANTE para fiscalizar o Contrato cópia dos documentos relacionados no item 10.1, Cláusula Décima Primeira, nos primeiros 15 (quinze) dias de execução do contrato e da alocação à prestação de serviço de cada novo empregado, obedecidas a legislação vigente e o	4	Por empregado e por dia

PARÁGRAFO QUARTO - Se o valor das multas estipuladas nesta Cláusula não for depositado, mediante GRU – Guia de Recolhimento da União, será automaticamente descontado da garantia oferecida pela CONTRATADA. Caso o valor da garantia seja insuficiente, além da perda desta, a diferença será descontada das parcelas subsequentes de preço a que a CONTRATADA vier a fazer jus. Caso os créditos da CONTRATADA sejam insuficientes, a multa será cobrada judicialmente, observadas, neste caso, a conveniência, razoabilidade e economicidade para a Administração;

PARÁGRAFO QUINTO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei;

PARÁGRAFO SEXTO - Após a aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Cláusula, realizar-se-á comunicação escrita à pessoa jurídica e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora, quanto à publicação);

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/1993, e a solicitação dilatória deverá ser encaminhada, conforme item 1 a seguir, considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação;

1. A solicitação de prorrogação formal, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser encaminhada até o 2º (segundo) dia útil após o vencimento do prazo, desde que o fato que ensejar a solicitação de prorrogação formal tenha ocorrido dentro do prazo legal de adimplemento das obrigações contratadas;

PARÁGRAFO OITAVO - Da aplicação das penas definidas nesta Cláusula, caberá a defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação da intenção de punir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS

Das penalidades referidas na Cláusula Décima Terceira, exceto para aquela definida no item 4 do Parágrafo Primeiro, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O recurso será dirigido ao Sr. Diretor-Geral da Secretaria do CONTRATANTE, que o decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, observado o § 4º do artigo 109 da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de declaração de inidoneidade, prevista no item 4 do Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Terceira, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão do Contrato poderá ser:

- 1.determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato;
- 2.amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo específico, desde que haja conveniência para a Administração; e
3. judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O instrumento de Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – No interesse da Administração do MPM, o valor pactuado inicial atualizado poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A União publicará, no Diário Oficial da União, o extrato deste Contrato celebrado, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília/DF, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, assinado pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas ora relacionadas.

ANEXO 1 AO CONTRATO Nº 52/2020-MPM

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E SEUS ANEXOS

(documentos SEI 0743614, 0747161, 0747177, 0747180, 0747183, 0747186, 0747194 e 0747196)

ANEXO 2

MATERIAIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS

1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, utensílios, máquinas e equipamentos, incluindo acessórios e componentes, necessários à execução dos serviços de lavagem de veículos, observadas as especificações, a qualidade e o estoque mínimo mensal a ser mantido em local cedido pela Instituição e que deverão estar disponíveis na data prevista para o CONSUMO ESTIMADO MENSAL, estando os custos incluídos no valor global da proposta;
2. Todo o material utilizado nos serviços deverá ser de primeira qualidade e estar de acordo com a Lei 6.630/1976 regulamentada pelo Decreto 8.077/2013;
3. Os materiais deverão estar com todas as suas características como quantitativo, espécie, peso, volume, produtividade e outras informações, especificadas;
4. Os materiais serão vistoriados, conferidos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, sendo aceitos apenas se de primeira qualidade e dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo CONTRATANTE;
5. Os materiais domissanitários devem ser de procedência legal, com rótulo de identificação do fabricante e estar de acordo com a legislação em vigor sobre o assunto;
6. A CONTRATADA deverá verificar, por ocasião da implantação dos serviços, o quantitativo necessário de equipamentos e materiais que serão disponibilizados para o desenvolvimento dos trabalhos, conforme determinado no plano de trabalho;
7. As relações de materiais, utensílios, máquinas e equipamentos e seus quantitativos, constantes neste Anexo, são estimativas e não eximem a CONTRATADA da total responsabilidade do fornecimento, sem ônus adicional, daqueles que não tenham sido especificados, bem como pela reposição na medida da necessidade para a perfeita execução dos serviços;
- 7.1. Os quantitativos constantes neste Anexo, são de caráter orientativo e representam apenas a estimativa mensal/anual a ser usada pela empresa na boa execução diária dos serviços, podendo a CONTRATADA melhor aferi-los mediante vistoria prévia no local onde será prestado o objeto do contrato.
8. Em caso de necessidade de diluição de produtos a serem utilizados na execução dos serviços constantes do objeto do Contrato, a mesma deverá ser realizada pela CONTRATADA em local apropriado, obedecendo à proporção recomendada pelo fabricante do produto ou na proporção desejada pela FISCALIZAÇÃO quando entender necessário, para que atenda aos padrões de segurança e saúde exigidos;
9. A FISCALIZAÇÃO poderá a qualquer momento vistoriar o local onde estão guardados os materiais, bem como utensílios, máquinas e equipamentos, conferindo a existência do estoque mínimo e qualidade dos mesmos;
10. As máquinas, equipamentos e utensílios especificados neste Anexo, incluindo acessórios e componentes, são de propriedade da CONTRATADA e deverão ficar à disposição do CONTRATANTE, no mínimo, na quantidade relacionada, em estado de novo e em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas do CONTRATANTE, os quais serão substituídos, caso apresentem sucessivos defeitos, até o próximo dia útil seguinte, contado da notificação da FISCALIZAÇÃO. Os acessórios, peças e outros componentes dos equipamentos deverão ser, impreterivelmente, substituídos sempre que estiverem desgastados;

11. Todo equipamento elétrico deverá ser de reduzido consumo de energia, bem como ter sua fiação elétrica de tamanho suficiente para seu uso;
12. A retirada de todo e qualquer equipamento/máquina disponibilizado para a execução dos serviços deverá ser comunicada, por escrito, à FISCALIZAÇÃO;
13. A CONTRATADA deverá fornecer os materiais, bem como os utensílios nas quantidades e especificações necessárias à perfeita execução dos serviços, conforme dispõem os quadros a seguir:

QUADRO I – MATERIAIS

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quant Mensal Estimada	Marca de Referência	Preço Unitário (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)
1	Querosene	Litro	4	Suprema	7,00	28,00
2	Shampoo para auto	Litro	8	Vintex	6,00	48,00
3	Cera em pasta	Lata com 200 gramas	1	Autocare	8,0 0	8,00
4	Estopa	Kg	3	Bril	7,00	21,00
5	Cera líquida preta. Inglesa ou similar	Litro	2	Inglesa	11,34	22,68
6	Flanela 40 x 60 cm. Cor amarela.	Unidade	2	Caebi	2,99	5,98
7	Pano de chão alvejado	Unidade	4	Limpoplus	2,94	11,76
8	Esponja	Unidade	3	Braclean	1,90	5,70
9	Massa para polir nº 1	Kg	1	Autoamerica	10,00	10,00
10	Massa para polir nº 2	Kg	1	Autoamerica	11,00	11,00

LEVANTAMENTO MENSAL DE MATERIAIS E UTENSÍLIOS POR HOMEM/MÊS	VALOR MENSAL (R\$)
CUSTO MENSAL ESTIMADO – QUADRO I	282,50
CUSTO MENSAL ESTIMADO – QUADRO II	9,54
CUSTO MENSAL ESTIMADO TOTAL – QUADRO I + QUADRO II	292,04
CUSTO ESTIMADO POR HOMEM/MÊS (dividir o “CUSTO MENSAL ESTIMADO TOTAL – QUADRO I + QUADRO II” por 2, no mínimo) *	146,02

*Nota: para efeito do levantamento do valor dos materiais e utensílios por homem/mês na planilha de custos e de formação de preços, a proponente deverá dividir o CUSTO MENSAL ESTIMADO TOTAL – QUADRO I + QUADRO II pelo número de empregados, ou seja, 2.

QUADRO III – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

tem	Equipamentos	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	<p>Depreciação Mensal (R\$ /Mês)</p> <p>(R\$ X 0,10) / 12, Onde: R\$ É O Preço Total; 0,10 Ou 10% É A Taxa De Depreciação Anual Dos Equipamentos (Itens De 1 A 4), Conforme In Nº 1.700/2017, Anexo IiiRfb; 12 É O Número De Meses No Ano, Para Apuração Do Custo Mensal Da Despesa)</p>

1	Aspirador de pó e água, com capacidade de 20 litros	2	320,00	640,00	5,33
2	Máquina de alta pressão com capacidade de, no mínimo, 1.500 libras, grande, de uso profissional	1	380,00	380,00	3,17
3	Motocompressor de ar de 2 hp	1	570,00	570,00	4,75
4	Máquina de polir de 1.800 W, 220 V e rotação variável de 600 a 3.000 rpm, grande, de uso profissional	1	250,00	250,00	2,08
DEPRECIÇÃO MENSAL TOTAL					15,33
DEPRECIÇÃO POR HOMEM/MÊS (dividir a “DEPRECIÇÃO MENSAL TOTAL” por 2) *					7,67

* Nota: para efeito do levantamento do valor da depreciação por homem/mês na planilha de custos e de formação de preços, a proponente deverá considerar o divisor igual ao número de empregados, ou seja, 2.

ANEXO 3

DOS UNIFORMES

A CONTRATADA deverá fornecer todos os uniformes necessários à execução dos serviços de lavagem de veículos, constantes deste Anexo e, observadas as especificações, a qualidade e o quantitativo, que deverão estar disponíveis na data prevista para entrega, estando o custo incluído no valor global da proposta.

O uniforme é parte essencial da apresentação do empregado. Além do uso de uniforme de boa qualidade, a boa postura comportamental e o asseio dos funcionários completam a apresentação.

Uma boa apresentação reflete o respeito e a seriedade com que são tratados os serviços contratados. Assim sendo, descrevemos a seguir alguns pontos relevantes relacionados aos uniformes:

1. O primeiro conjunto de uniformes deverá ser entregue a todos os empregados até a data de início da execução do contrato. O segundo conjunto deverá ser entregue até a data final do 1º semestre de execução do Contrato.
2. Em casos de necessidade como, por exemplo, desgaste prematuro, não preenchimento dos requisitos da boa aparência e da qualidade de apresentação, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição dos uniformes, a qualquer tempo, mediante comunicação formal à CONTRATADA, que terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para efetuar a troca dos uniformes.
3. O uniforme deverá ser entregue mediante recibo (relação nominal), assinado e datado pelos profissionais, cuja cópia acompanhada do original será entregue à FISCALIZAÇÃO, para conferência, fiscalização e comprovação do cumprimento das obrigações que condicionam o pagamento do Contrato, no prazo de até 15 dias do início da execução do contrato e da alocação de cada novo empregado, no caso da entrega do 1º conjunto. Quanto à entrega dos demais conjuntos, a comprovação deverá ocorrer no prazo de até 15 dias corridos, a contar da data da entrega. A CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, repassar os custos dos uniformes aos trabalhadores.
4. A substituição dos uniformes ocorrerá a cada 6 (seis) meses ou quando solicitado pela Fiscalização do contrato, após comunicação escrita, dependendo da necessidade e do desgaste prematuro claramente evidenciado ou do não preenchimento dos requisitos da boa aparência e qualidade de apresentação:
 - 4.1. A CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para efetuar a troca dos uniformes a que se refere o item 4, a contar do recebimento da comunicação;
5. Cada conjunto de uniformes deverá ser composto das peças e especificações descritas no quadro abaixo, conforme a categoria e sexo do profissional, se for o caso.
6. Nos casos em que o empregado não puder utilizar o calçado especificado, a CONTRATADA deverá fornecer calçado alternativo, dentro dos padrões e normas de segurança exigidos.
7. Todos os uniformes, acondicionados em sacos plásticos individuais com numeração visível, deverão apresentar etiqueta da confecção, com identificação do tecido e tamanho da peça, e possuir a logomarca da empresa.
8. Os custos decorrentes da aquisição dos uniformes deverão ser demonstrados na ocasião da apresentação das propostas, conforme modelo de planilha, para constatação da exequibilidade do contrato diante dos preços praticados no mercado.
9. A CONTRATADA deverá submeter amostras dos uniformes à FISCALIZAÇÃO para aprovação do modelo, material e cor, estando resguardado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados em relação às especificações exigidas e aprovadas na licitação.
10. Não será permitido o uso de saias.
11. Todos os materiais de segurança individual exigidos pela legislação em vigor e não previstos neste Instrumento deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

QUADRO I – UNIFORMES

tem	Descrição	Quantidade Fornecida por Ano por Profissional	Distribuição	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual por Profissional (R\$)	Custo Mensal por Profissional(R\$)

1	Camisa malha fria, com gola esporte, em gabardine, ou similar, com emblema da empresa pintado	6	3 peças por semestre	15,00	90,00	7,50
2	Calça comprida em tecido 100% algodão, tipo jeans	4	2 peças por semestre	12,00	48,00	4,00
3	Avental em tecido “encerado” *	1	1 peça por ano	12,00	12,00	1,00
4	Par de meias em algodão, na cor branca, tipo soquete	6	3 pares por semestre	3,00	18,00	1,50
5	Par de botas em borracha, com solado antiderrapante	2	1 par por semestre	21,00	42,00	3,50
6	Máscara respiratória, compatível com os produtos utilizados na limpeza dos veículos	4	2 peças por semestre	3,00	12,00	1,00
7	Óculos protetor *	1	1 peça por ano	4,00	4,00	0,33
8	Luva de borracha cano longo grande. Par	6	3 pares por semestre	6,00	36,00	3,00

CUSTO MENSAL TOTAL POR PROFISSIONAL (R\$)	21,83
---	-------

* Deverá compor o primeiro conjunto de uniformes a ser fornecido.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDER JORGE PIRES, Diretor-Geral**, em 30/11/2020, às 18:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUTEMBERG MARTINS DOS SANTOS, Diretor de Departamento/Da**, em 30/11/2020, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELLA SILVEIRA VERAS CASTELLO BRANCO, Usuário Externo**, em 03/12/2020, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0794402** e o código CRC **8A3C474D**.